

EUA debatem ajuda ao Terceiro Mundo

Washington — O Congresso dos Estados Unidos está buscando alternativas para o Plano Baker, no sentido de aliviar a dívida do Terceiro Mundo que, na opinião de vários parlamentares, está arruinando os agricultores norte-americanos e ameaçando os interesses de segurança do país na América Latina.

Sally Shelton, assessora do grupo bancário "Bankers Trust", ex-embaixadora dos Estados Unidos em vários países do Caribe, alerta sobre o perigo da desestabilização que pesa sobre os países endividados da América Latina, causado pelas crescentes tensões sociais criadas pelos programas de autoridades e que ameaça "interesses vitais dos Estados Unidos".

A perspectiva de revoluções e o avanço do comunismo na América Latina, somados à queda de empregos rurais e industriais nos Estados Unidos, por causa da diminuição do volume de exportações, levou vários legisladores a apresentar em projetos de lei ligados à necessidade de reduzir a carga da dívida e fomentar um maior crescimento dos países endividados.

Quase todos esses projetos prevêem a necessidade da criação de mecanismos que permitam que os bancos recuperem parte das perdas de seus empréstimos, em vez de forçá-los a seguir emprestando para que os devedores possam pagar seus juros.

Flexibilidade

Esse conceito, rechaçado pelos bancos e pela administração norte-

americana, foi respaldado por porta-vozes dos industriais, agricultores, sindicalistas e de vários institutos independentes de análise econômica durante um encontro realizado na última segunda-feira com o subcomitê de Finanças do Senado.

O senador democrata Bill Bradley, presidente do subcomitê e autor de um plano propondo que os bancos cancelem gradualmente parte de seus empréstimos, além de reduzir a taxa de juros, apresentou duas novas propostas que darão flexibilidade ao tratamento das dívidas do Terceiro Mundo por parte dos organismos de regulamentação bancária.

Uma dessas propostas proíbe os bancos de contabilizarem como lucros os juros ganhos por empréstimos cujo valor contábil exceda seu valor real no mercado secundário, onde os bonos e recebimentos do Terceiro Mundo são negociados com descontos que vão de 30% para o Brasil a 35% para a Bolívia.

Essa medida estimularia os bancos a reajustar o valor contábil dos empréstimos e daria um alívio direto aos países endividados.

A outra proposta de Bradley é uma declaração de "Sentido do Congresso" — de cumprimento não-obrigatório — de que as normas não deveriam obrigar os bancos a registrar como perdas seus empréstimos, até que o total dos pagamentos de juros e capitais seja pelo menos igual ao valor registrado contabilmente.